



GEDES

**Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional**

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 34/2017

Período: 23/09/2017 – 29/09/2017

GEDES – UNESP

- 1- Atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro I
- 2- Atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro II
- 3- Ministro da Defesa divulgou dados sobre o sistema penitenciário
- 4- Editorial e coluna opinativa questionaram declarações de general
- 5- Forças Armadas rejeitaram projeto de homenagem a soldados negros
- 6- Tropas brasileiras retornaram de missão no Haiti
- 7- Proposta para uso da base de Alcântara foi revisada
- 8- Estado-Maior Conjunto investiga uso de acessório irregular por militares
- 9- General destacou o papel das manifestações no Brasil

1- Atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro I

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas foram acionadas para atuar na cidade do Rio de Janeiro, na favela da Rocinha, após diversas operações policiais e tiroteios provocados por confronto entre facções criminosas. No dia 22/09/17, 950 militares cercaram a favela localizada na zona sul da cidade, onde foram destacados para atuar por tempo indeterminado. Segundo o *Correio*, a retomada de operações conjuntas envolvendo as Forças Armadas foi acertada em reunião entre o ministro da Defesa, Raul Jungmann, e o governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, após desentendimentos entre a pasta e o governo do estado. Jungmann afirmou que a Defesa não estava operando no Rio anteriormente “porque não houve demanda” e negou a existência de problemas relacionados à falta de recursos para a realização de operações conjuntas. Segundo *O Estado*, foram mobilizados dezenas de blindados e helicópteros e um contingente de aproximadamente 3 mil homens foi preparado para atuar em caso de agravamento da situação. De acordo com a *Folha*, a Aeronáutica informou que o espaço aéreo da área da Rocinha foi fechado, porém os aeroportos da cidade continuaram a funcionar. Segundo o periódico, quatro homens foram presos pelas Forças Armadas durante tentativa de fuga usando um taxista como refém na madrugada do dia 23/09/17. De acordo com os periódicos, até o dia 24/09/17 a presença dos militares não havia interrompido a troca de tiros na região, tendo sido registradas, segundo *O Estado*, 3 mortes e 9 prisões durante as operações militares e policiais. As operações conjuntas levaram à apreensão de fuzis e granadas. Segundo o periódico, o general Mauro Sinott afirmou que tais resultados indicavam que as

forças de segurança estavam “no caminho certo”, porém declarou que não havia prazo para que o Exército deixasse a região. De acordo com *O Estado*, o Exército declarou ter sido “inevitável” o “controle mais forte” iniciado no dia 22/09/17 e afirmou que, desde o dia 23/09/17, a população poderia voltar a se locomover normalmente. Conforme o periódico, contudo, a movimentação na Rocinha na manhã seguinte à operação era baixa e os moradores ainda eram revistados pelos agentes de segurança. De acordo com o *Correio*, no dia 25/09/17, o Exército e a PM faziam um intenso patrulhamento na região, contando com ao menos um veículo blindado para a segurança. Os soldados do Exército localizaram na parte alta da favela 100 frascos de lança-perfume e outros 31 de gás. Segundo o periódico, moradores da Rocinha alegaram que militares do Exército e policiais invadiram suas casas ilegalmente. O governador do Rio de Janeiro afirmou desconhecer as invasões. De acordo com o *Correio*, até o dia 26/09/17, foram registradas 6 mortes, 16 prisões, a apreensão de 23 fuzis e a identificação de 59 criminosos como participantes dos confrontos. O periódico apontou que grande parte do armamento pesado utilizado pelos grupos criminosos é fabricada fora do Brasil e entra no país através das fronteiras. Segundo *O Estado*, um trabalho de inteligência realizado pelas Forças Armadas em conjunto com a polícia indicou a presença, em 850 das 1025 comunidades do Rio de Janeiro, de traficantes ou milicianos munidos de armamento pesado, incluindo fuzis, que facilitam o domínio dessas regiões por parte das organizações criminosas. De acordo com o periódico, no dia 27/09/17 os militares distribuíram doces para crianças na favela da Rocinha em comemoração ao Dia de Cosme e Damião. O gesto foi classificado pelo periódico como uma tentativa de aproximação com a população após queixas de buscas irregulares realizadas por policiais e militares. De acordo com os periódicos, o ministro da Defesa anunciou a retirada do cerco à favela no dia 29/09/17. Conforme o *Correio* e *O Estado*, a medida foi tomada com base na convicção de que a favela está “estabilizada”, porém existe o temor de que, com a saída das Forças Armadas, o conflito entre os traficantes recomece. Segundo Jungmann, as tropas podem ser acionadas para retornar rapidamente à Rocinha caso haja necessidade. (*Correio Braziliense – Política – 23/09/17; Correio Braziliense – Brasil – 24/09/17; Correio Braziliense – Brasil – 25/09/17; Correio Braziliense – Brasil – 26/09/17; Correio Braziliense – Brasil – 27/09/17; Correio Braziliense – Brasil – 29/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/09/17; Folha de S. Paulo – Opinião – 23/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/09/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 23/09/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 24/09/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 26/09/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 27/09/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 28/09/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 29/09/17*)

2- Atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro II

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a ação do governo do estado do Rio de Janeiro e o envio das Forças Armadas para atuar na favela da Rocinha foram alvos de críticas. Segundo o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do estado do Rio de Janeiro (OAB/RJ), Felipe Santa Cruz, “a escalada da violência no Rio é consequência direta da inexistência de um Plano de Segurança Pública no

Estado e da insistência em soluções provisórias, que tentam apenas apagar incêndios, sem qualquer coordenação”. Em depoimento concedido para os periódicos, especialistas condenaram a atuação do Exército na cidade do Rio de Janeiro e ressaltaram a necessidade de políticas de serviços destinadas à comunidade. A coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, Julita Lemgruber, criticou a inação das autoridades quanto à invasão da Rocinha pelas facções criminosas e mostrou-se cética quanto à presença das Forças Armadas na cidade. Lemgruber afirmou à *Folha* que “é inaceitável gastar recursos dessa forma. Isso é enganar a população e traz uma breve sensação de segurança que não se sustenta”. A falta de investimentos, estratégia, planejamento e monitoramento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro também foram criticadas. De acordo com o ex-secretário adjunto de Segurança de Minas Gerais, Luis Flavio Saporì, em texto publicado na *Folha*, o aumento da violência no Rio de Janeiro e a convocação de militares, por meio de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), é reflexo da falência fiscal e conseqüentemente do desmantelamento das UPPs. Com o enfraquecimento das UPPs as facções criminosas se fortalecem e é necessária a presença das Forças Armadas como medida emergencial, “há período de validade para a atuação dos militares nas ruas. Não é solução”. Segundo Saporì, é preciso a elaboração de um plano de médio e longo prazo, contando com uma força-tarefa composta por representantes das Forças Armadas, de policiais, do Ministério Público e do Judiciário. Lemgruber, em entrevista a *O Estado*, declarou que a maneira violenta que o Rio trata o tráfico de drogas nas comunidades não é adequada: “a gente viu o que aconteceu na Maré: as Forças ficaram 15 meses, gastaram-se R\$ 600 milhões e hoje o tráfico está lá de fuzil”. Em colunas opinativas aos periódicos *Correio* e *Folha*, os colunistas Luiz Carlos Azevedo, Bernardo Mello Franco e Janio de Freitas, comentaram as operações promovidas pelas Forças Armadas no Rio de Janeiro. Azevedo comparou a ação militar do Exército nas comunidades do Rio de Janeiro aos confrontos que ocorreram em Canudos na Bahia entre os anos de 1896 e 1897 e afirmou que há um traço social comum entre as comunidades de Canudos e o Morro Dona Marta, no qual os traficantes “estão em situação muito melhor do que os jagunços na caatinga”. A coluna ressaltou que ocorreria uma tragédia caso houvesse confronto direto entre as tropas das Forças Armadas e os traficantes, uma vez que os traficantes possuem muito mais recursos para enfrentar o Estado do que os “jagunços do sertão” em Canudos. Franco afirmou que o Rio de Janeiro vive um colapso na segurança pública devido à falência do Estado, à ineficiência das UPPs e em razão da omissão das autoridades. Segundo Franco, o pedido de reforço no efetivo as Forças Armadas foi um “pedido de socorro”. Para Freitas o problema de segurança pública no Rio de Janeiro ainda não foi entendido, o colunista afirmou que intervenção do Exército nas questões públicas de segurança tem sido um erro que se repete desde a cúpula ambiental Rio-92. O morador da Rocinha, Geovani Martins, afirmou à *Folha* que a ação militar repentina, sem uma estratégia desenvolvida e com “soldados que não conhecem a geografia do lugar e tampouco a dimensão do conflito em que estão se metendo”, não visa a proteção dos moradores. Em declaração ao *Correio*, o ex-ministro das Cidades e presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Márcio Fortes, apontou que isso seria reflexo do “abandono das regiões de fronteira” e do combate inadequado ao tráfico no país. Conforme a *Folha*, o chefe de

Comunicação Social do Exército, general Otavio Santana do Rêgo Barros, citou a necessidade de marcos legais que garantam a segurança jurídica às tropas, a fim de otimizar o combate à criminalidade na região, e questionou se “a sociedade está preparada para abrir mão do direito individual em prol do coletivo”. Contrariando a afirmação do general, especialistas em direitos humanos criticaram tal proposta, afirmando que criaria um “foro privilegiado” a todas as ações na favela, além de restringir as liberdades individuais da população. Barros ressaltou que as Forças são especializadas em defesa externa, e que, embora o seu emprego no Brasil condiga com a constituição, o uso das tropas não deve ser “banalizado”. (Correio Braziliense – Política – 23/09/17; Correio Braziliense – Política – 24/09/17; Correio Braziliense – Brasil – 27/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/09/17; Folha de S. Paulo – Opinião – 23/09/17; Folha de S. Paulo – Opinião – 24/09/17; Folha de S. Paulo – Poder – 24/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/09/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/09/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 23/09/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 27/09/17).

3- Ministro da Defesa divulgou dados sobre o sistema penitenciário

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, divulgou dados sobre o sistema penitenciário após varreduras em presídios brasileiros. Segundo estes dados um terço dos presidiários portam armas e diversos aparelhos de comunicação foram encontrados dentro das prisões. Conforme o periódico, a onda de violência na cidade do Rio de Janeiro destacou a ineficiência das penitenciárias em bloquear a comunicação dos detentos, visto que o recente conflito na favela da Rocinha foi organizado de dentro de uma penitenciária por um traficante. Segundo o *Correio*, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, sugeriu ao ministro da Defesa a adoção de parlatórios nas unidades penitenciárias federais para evitar vazamentos de informações. O ministro destacou que a manutenção das penitenciárias não é responsabilidade do governo federal, mas sim dos estados. Jungmann ressaltou a possibilidade de os advogados criminalistas sofrerem ameaças dos presidiários e, neste contexto, auxiliarem os mesmos. A declaração do ministro suscitou críticas do presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim) no estado do Rio de Janeiro, James Walker Júnior, que destacou que as penitenciárias do estado já utilizam o parlatório e rejeitou a correlação entre a criminalidade e os advogados feita pelo ministro. (Correio Braziliense – Política – 23/09/17)

4- Editorial e coluna opinativa questionaram declarações de general

Um editorial e uma coluna opinativa assinada pelo sociólogo Demétrio Martinelli Magnoli, ambos publicados no periódico *Folha de S. Paulo*, questionaram declarações feitas pelo general do Exército Antonio Hamilton Mourão. De acordo com a *Folha*, o general, que atualmente ocupa o cargo de secretário de economia e finanças do Comando do Exército, falou durante reunião em loja maçônica na capital federal Brasília em 15/09/17, sobre a possibilidade de uma intervenção militar e da “imposição” de uma solução para a crise política do país. Segundo o editorial, que classificou a declaração de Mourão como um “desatino de quem aprendeu a enxergar o mundo pelas lentes da caserna”, o general foi

transferido do comando da região Sul para sua atual função burocrática na secretaria de finanças após fazer declarações políticas no ano de 2015. Magnoli apontou a falta de uma “punição efetiva” a Mourão e destacou que “o general desordeiro tem direito a suas próprias opiniões, com a condição de que seja transferido à reserva”. Segundo o *Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, em palestra realizada no Comando Militar do Leste, declarou que resolveu não punir Mourão para evitar uma divisão na Força e a vitimização do general, que pretende concorrer ao cargo de Presidente do Clube Militar no ano de 2018. Na mesma palestra, o comandante também pediu “coesão” às tropas. (Folha de S. Paulo – Opinião – 23/09/17; Folha de S. Paulo – Poder – 23/09/17; Folha de S. Paulo – Poder – 29/09/17; O Estado de S. Paulo – Política – 27/09/17)

5- Forças Armadas rejeitaram projeto de homenagem a soldados negros

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, um projeto para criar uma unidade militar com trajes históricos para homenagear os combatentes negros que lutaram na Guerra do Paraguai (1865-1870) não foi aprovado pelo comando do Exército. Segundo a instituição, não existe “respaldo legal” para que a unidade militar seja criada. Em 2016, a Fundação Cultural Palmares, em documento ao ministro da Defesa Raul Jungmann, afirmou que o projeto contribuiria “de forma significativa para a valorização da memória da trajetória dos negros nas Forças Armadas”. A proposta da criação da unidade chamada “Zuavos Baianos” faz referência aos soldados negros que lutaram na Guerra do Paraguai. Conforme a *Folha*, o Ministério da Defesa enviou o projeto ao Exército, que consultou o Centro de Estudos Pesquisas de História Militar. Entretanto, em fevereiro de 2017 o projeto foi negado. A rejeição se deu, segundo o Exército, pois o caso dos Zuavos Baianos não se enquadra nas exigências da portaria sobre o tema, a qual especifica critérios para a “concessão de ‘denominação histórica uniforme histórico’ a uma organização militar”. Um dos idealizadores da proposta, o jornalista Sionei Leão afirmou que estudaria sugestões administrativas para que o projeto não desaparecesse. (Folha de S. Paulo – Poder – 24/09/17)

6- Tropas brasileiras retornaram de missão no Haiti

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, militares brasileiros que atuaram na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) começaram a desembarcar no Brasil. Era esperada a chegada de parte das tropas na noite do dia 24/09/17 na Base Aérea de Guarulhos, com posterior cumprimento de um período de quarentena. Conforme o *Correio Braziliense*, durante entrevista em programa televisivo, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, prestigiou as tropas brasileiras ao ressaltar seu “sucesso” nas Operações de Paz no Haiti. (Correio Braziliense – Opinião – 29/09/17; O Estado de S. Paulo – Internacional – 25/09/17)

7- Proposta para uso da base de Alcântara foi revisada

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa revisou a proposta do governo brasileiro ao governo dos Estados Unidos da América

(EUA) para a permissão do uso da base de Alcântara, no estado do Maranhão. O uso da base teria objetivo de lançar satélites estadunidenses e de outras nações que usam a tecnologia do país. O uso da base de Alcântara pelos EUA tem sido negociado há cerca de 15 anos e fora rejeitado primordialmente pelo Congresso Nacional brasileiro no ano de 2001, sob o argumento de violação da soberania nacional. De acordo com o *Estado*, o embaixador do Brasil em Washington, Sérgio Amaral, afirmou que “o acordo não passou em nosso Congresso porque, talvez, era mais intrusivo que o justificável para a proteção da propriedade intelectual da informação e dos equipamentos sensíveis”. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/09/17)

8- Estado-Maior Conjunto investiga uso de acessório irregular por militares

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Estado-Maior Conjunto informou estar investigando o uso de balaclavas – espécie de touca que cobre toda a face – em desacordo com o regulamento das Forças Armadas. Segundo o periódico, fotos feitas no dia 27/09/17 mostram soldados armados vestindo capuzes com desenhos de caveira. De acordo com o órgão, é permitido o uso do acessório apenas nas cores preta e “azul-ferrete”, sendo vetado o uso da peça com qualquer tipo de desenhos ou inscrições. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 28/09/17)

9- General destacou o papel das manifestações no Brasil

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o comandante militar do Sul, general Edson Leal Pujol, ressaltou, durante uma palestra na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, que uma intervenção militar não seria a solução para a situação política do Brasil. O general afirmou que há uma insatisfação geral na nação e que a população insatisfeita deveria ir às ruas a fim de se manifestarem “ordeiramente”. O militar evidenciou que não pode se manifestar por causa de sua posição na organização e ressaltou que as Forças Armadas devem seguir a legislação. (Folha de S. Paulo – Poder – 29/09/17)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense –www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo –www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em

Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); João Vitor Tossini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).